

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
Diretoria de Educação Aberta e à Distância

Licenciatura em Matemática

Clarice Alves de Andrade

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO DA
EDUCAÇÃO FINANCEIRA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Itamarandiba
2025

Clarice Alves de Andrade

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO DA
EDUCAÇÃO FINANCEIRA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Matemática.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Silva de Souza

Itamarandiba

2025

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO DA
EDUCAÇÃO FINANCEIRA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Monografia apresentada ao curso de
Licenciatura em Matemática da
Universidade Federal dos Vales do
Jequitinhonha e Mucuri como requisito
parcial para obtenção do título de
Licenciado em Matemática.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Silva de
Souza

Data de aprovação ____/____/____

Nome do Avaliador 1
Departamento do Avaliador 1

Nome do Avaliador 2
Departamento do Avaliador 2

Presidente da Banca (Orientador)

*Em memoriam daqueles que partiram, mas
deixaram marcas eternas em minha vida.
Dedico este trabalho, com amor e gratidão,
àqueles que, mesmo ausentes fisicamente,
continuam presentes em minhas lembranças e
em meu coração.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela dádiva da vida e pela sabedoria concedida em todos os momentos desta jornada acadêmica. Foi Ele quem me deu força nos dias de incerteza, serenidade diante das dificuldades e esperança para continuar mesmo quando o caminho parecia difícil. Sem a Sua presença constante, este sonho não se tornaria realidade.

Expresso minha mais profunda gratidão à minha família, base e alicerce de toda a minha caminhada. Aos meus pais, que sempre acreditaram no meu potencial e me incentivaram a nunca desistir dos meus objetivos, mesmo diante dos desafios. O amor, o apoio e a compreensão de vocês foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Agradeço também aos meus irmãos, avós e demais familiares, que sempre torceram por mim e me encorajaram com palavras de carinho e confiança.

Aos meus professores do curso de Matemática, deixo um agradecimento especial por todo o empenho, dedicação e compromisso em transmitir o conhecimento com clareza, paciência e entusiasmo. Cada aula, cada explicação e cada desafio proposto foram essenciais para a construção da minha trajetória acadêmica e profissional. A convivência com vocês me inspirou a compreender que ensinar Matemática é, antes de tudo, um ato de amor, responsabilidade e compromisso com a formação de cidadãos críticos e conscientes.

Aos colegas de curso, que se tornaram verdadeiros companheiros nessa caminhada, agradeço pela amizade, pelas trocas de experiências, pelas horas de estudo, pelos trabalhos em grupo e pelos momentos de descontração que tornaram essa jornada mais leve e significativa. Compartilhar essa fase com pessoas tão especiais foi um grande privilégio.

À UFVJM, pela oportunidade de fazer parte de um ambiente que valoriza o saber, a pesquisa e a formação integral do aluno. Agradeço à coordenação do curso de Matemática pela organização, pelo acolhimento e pela constante busca por oferecer uma educação de qualidade.

Ao meu orientador, Fábio Silva de Souza, agradeço pela orientação, paciência e por ter acreditado em mim e no meu trabalho. Sua contribuição foi essencial para o desenvolvimento deste TCC, oferecendo direcionamentos valiosos, críticas construtivas e apoio constante em todas as etapas do processo.

Não poderia deixar de mencionar todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram direta ou indiretamente para que este projeto se concretizasse.

Enfim, a todos que fizeram parte dessa trajetória, familiares, professores, colegas e amigos, deixo aqui a minha eterna gratidão. Este trabalho é resultado de um esforço coletivo e representa mais do que uma conquista pessoal: é a concretização de um sonho construído com o apoio, o amor e a confiança de todos vocês.

“A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem.
Não pode temer o debate. A análise da realidade.
Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma
farsa.
Ensinar exige respeito à autonomia do ser do educando,
exige compreender que ensinar não é transferir
conhecimento,
mas criar as condições para que ele o produza, o construa.
Educar é um exercício constante de esperança,
porque acreditar na educação é acreditar na capacidade
humana de se reinventar.”

— **Paulo Freire**

RESUMO

Este trabalho analisa desafios e possibilidades na formação de professores para o ensino de Educação Financeira na Educação Básica. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica qualitativa, com busca em SciELO, Periódicos CAPES e Google Acadêmico, priorizando publicações dos últimos 10 anos. Identificaram-se lacunas na formação inicial e continuada, carência de materiais didáticos e baixa integração entre universidades, escolas e políticas públicas. Como possibilidades, destacam-se metodologias ativas, modelagem matemática e uso de simuladores. Conclui-se que a consolidação da Educação Financeira depende de formação docente específica, políticas públicas articuladas e materiais contextualizados que promovam aprendizagem significativa.

Palavras-chave: Educação Financeira; Formação de Professores; Matemática; Metodologias Ativas.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 OBJETIVOS	10
2.1 Objetivo Geral.....	10
2.2 Objetivos Específicos.....	10
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
3.1 Conceitos e Relevância da Educação Financeira.....	11
3.2 Formação de Professores: Lacunas e Necessidades.....	12
3.3 Metodologias Pedagógicas para a Educação Financeira.....	14
3.4 Interdisciplinaridade e Cidadania Financeira.....	15
3.5 Políticas Públicas e Implementação da Educação Financeira.....	16
3.6 Síntese Crítica e Lacunas na Literatura.....	18
4 METODOLOGIA	19
4.1 Período de Corte e Bases Consultadas.....	19
4.2 Palavras-chave utilizadas.....	20
4.3 Procedimentos de Busca e Seleção dos Estudos.....	20
4.4 Critérios de Inclusão e Exclusão.....	21
4.5 Procedimentos de Análise dos Dados.....	21
4.6 Limitações da Pesquisa.....	22
5 CAPÍTULO ANÁLISE DE DADOS	22
5.1 Formação Docente para Educação Financeira.....	23
5.2 A Educação Financeira na BNCC e sua implementação nas escolas.....	25
6 CONCLUSÕES	27
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	28

1. INTRODUÇÃO

A educação financeira tornou-se um tema central nas políticas educacionais brasileiras, especialmente após sua inclusão na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Em um cenário marcado pelo consumo facilitado e pelos altos índices de endividamento da população, preparar estudantes para tomar decisões financeiras responsáveis tornou-se uma necessidade social e formativa.

Entretanto, o ensino de Educação Financeira na escola exige mais do que domínio técnico de conceitos como juros, investimentos e planejamento financeiro. Requer também habilidades pedagógicas que permitam contextualizar esses conteúdos no cotidiano dos alunos, tornando-os acessíveis e significativos. Metodologias como a resolução de problemas, o uso de jogos educativos e simulações financeiras têm se mostrado eficazes para promover engajamento e compreensão crítica desses conceitos.

Apesar das possibilidades, muitos professores ainda enfrentam dificuldades para integrar metodologias inovadoras ao ensino de Matemática Financeira. Lacunas na formação inicial, ausência de materiais adequados e pouca segurança para abordar o tema de forma contextualizada são desafios recorrentes. Assim, compreender como a formação docente pode apoiar práticas pedagógicas mais dinâmicas e alinhadas às necessidades atuais é fundamental.

Diante desse cenário, o problema desta pesquisa consiste em identificar quais são os principais desafios e possibilidades na formação de professores para o ensino de Educação Financeira na Educação Básica brasileira.

Este estudo justifica-se pela escassez de pesquisas que articulem formação docente, metodologias ativas e práticas efetivas de ensino em Educação Financeira. Considerando que os professores são mediadores essenciais entre o conhecimento matemático e a realidade dos estudantes, torna-se urgente investigar estratégias que qualifiquem sua atuação pedagógica. Além disso, a baixa compreensão financeira observada entre jovens e adultos reforça a necessidade de um ensino mais estruturado, crítico e voltado ao exercício da cidadania.

O objetivo geral deste trabalho é analisar os desafios e possibilidades na formação de professores para o ensino de Educação Financeira, com ênfase em metodologias que promovam aprendizagem contextualizada e significativa.

Quanto à delimitação, esta pesquisa caracteriza-se como um estudo bibliográfico de abordagem qualitativa, baseado em publicações nacionais e internacionais produzidas entre 2015 e 2025. As buscas foram realizadas em bases como SciELO, Periódicos CAPES e Google Acadêmico, contemplando artigos, documentos oficiais e estudos que tratam de formação docente, metodologias pedagógicas e educação financeira.

A organização deste trabalho estrutura-se da seguinte forma: A Seção 2 apresenta os objetivos geral e específicos; a Seção 3 reúne a fundamentação teórica sobre Educação Financeira, formação docente e metodologias de ensino; a Seção 4 descreve os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa; a Seção 5 apresenta a análise dos dados e os principais resultados; e, por fim, a Seção 6 traz as conclusões e recomendações para a prática e para estudos futuros.

2. OBJETIVO

OBJETIVO GERAL

Verificar, a partir da exploração de pesquisas científicas realizadas, quais os desafios e as possibilidades na formação de professores para o ensino de educação financeira na Educação Básica, com foco na utilização de metodologias ativas que promovam uma aprendizagem contextualizada e significativa.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Investigar, na literatura recente (2015–2025), as principais dificuldades enfrentadas pelos professores no ensino de educação financeira.
2. Identificar, com base nas leituras realizadas, fatores pedagógicos, curriculares e estruturais que favorecem o processo de ensino aprendizagem de conceitos financeiros pelos estudantes.

3. Apresentar metodologias e recursos pedagógicos capazes de favorecer um ensino mais contextualizado, crítico e significativo em educação financeira.

3.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Conceitos e Relevância da Educação Financeira

A educação financeira é entendida como o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que permitem aos indivíduos tomar decisões conscientes relacionadas ao uso, planejamento e gerenciamento de recursos financeiros. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005), trata-se da capacidade de compreender conceitos como orçamento, poupança, investimento, crédito e juros, elementos fundamentais para uma participação responsável na vida econômica. No contexto educacional, a educação financeira assume papel formativo, preparando os estudantes para enfrentar situações cotidianas e desenvolver autonomia financeira desde a infância.

No Brasil, sua relevância intensificou-se após a inclusão do tema na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece competências gerais relacionadas ao exercício da cidadania e ao pensamento crítico. A BNCC destaca que a educação financeira deve ser trabalhada de maneira transversal, proporcionando ao estudante oportunidades de compreender fenômenos econômicos que impactam sua vida e a sociedade (Brasil, 2017). Um exemplo prático dessa diretriz é a competência (EM13MAT303), que orienta o desenvolvimento da capacidade de “interpretar criticamente situações econômicas, sociais e fatos relativos ao consumo e às finanças pessoais”, utilizando conceitos como juros e inflação para fundamentar decisões. Assim, a escola passa a ter responsabilidade direta na promoção de uma cultura de planejamento financeiro, consumo consciente e compreensão dos riscos envolvidos nas escolhas econômicas.

Estudos recentes reafirmam essa necessidade. Rodrigues, Freitas e Freitas (2023) demonstram que a educação financeira escolar está associada à redução do

endividamento futuro, maior compreensão sobre crédito e melhor capacidade de planejamento financeiro entre jovens. Da mesma forma, Silva (2018) aponta que alunos expostos a práticas de educação financeira desde o ensino básico desenvolvem raciocínio lógico mais apurado e demonstram maior consciência sobre o impacto de suas escolhas de consumo. Além disso, Almeida (2017) destaca que o ensino estruturado de finanças favorece o desenvolvimento de competências de resolução de problemas e tomada de decisão, habilidades essenciais no século XXI.

A convergência entre esses autores evidencia que a educação financeira escolar não se resume a cálculos matemáticos, mas envolve a formação integral do estudante, articulando aspectos econômicos, sociais e éticos. Enquanto a OCDE (2005) enfatiza a importância do domínio conceitual, Silva (2018) e Almeida (2017) ampliam a discussão ao relacionar a educação financeira ao desenvolvimento cognitivo e comportamental. Já Rodrigues et al. (2023) reforçam a dimensão social e preventiva, mostrando que a aprendizagem financeira pode reduzir vulnerabilidades econômicas futuras. As abordagens convergem ao afirmar que a educação financeira precisa ser contextualizada e significativa, considerando a realidade dos estudantes e integrando teoria, prática e reflexão crítica.

Nesse sentido, compreender os conceitos e a relevância da educação financeira é essencial para avançar nas discussões sobre formação docente, pois somente professores bem preparados conseguem transformar conteúdos abstratos em aprendizagens concretas e aplicáveis ao cotidiano. Esta subseção contribui diretamente para o Objetivo Específico 1, ao fundamentar teoricamente por que a educação financeira é necessária no contexto educacional brasileiro.

3.2 Formação de Professores: Lacunas e Necessidades

A formação de professores é um componente essencial para a implementação efetiva da educação financeira no contexto escolar. Ela envolve o desenvolvimento de conhecimentos conceituais e didáticos que permitam ao docente transformar conteúdos abstratos, como juros, consumo ou investimentos, em aprendizagens concretas e contextualizadas. Assim, discutir a formação docente significa analisar

como professores são preparados, na formação inicial ou continuada, para atuar de forma crítica e competente diante das demandas da sociedade financeira atual.

Apesar dos avanços normativos, pesquisas apontam que muitos professores não se sentem suficientemente preparados para trabalhar a educação financeira em sala de aula. Estudos de Santos e Cunha (2020) mostram que a formação inicial dos cursos de licenciatura raramente contempla conteúdos relacionados ao planejamento financeiro, economia doméstica ou práticas pedagógicas aplicadas ao tema. Já Almeida e Silva (2019) identificam que a maioria dos professores utiliza estratégias pontuais e fragmentadas, muitas vezes restritas a exercícios matemáticos, devido à falta de materiais didáticos e de formação específica. Além disso, Oliveira (2022) demonstra que programas de formação continuada, quando bem estruturados, aumentam significativamente a autoconfiança docente e ampliam o repertório metodológico para o ensino financeiro.

Os autores convergem ao reconhecer a existência de lacunas importantes na formação docente. Enquanto Santos e Cunha (2020) enfatizam a ausência de conteúdos na formação inicial, Almeida e Silva (2019) destacam as dificuldades práticas enfrentadas pelos professores no cotidiano escolar. Oliveira (2022) traz uma perspectiva otimista ao evidenciar que formações continuadas integradas às demandas reais da escola têm potencial para superar tais limitações. Em relação às divergências, alguns autores defendem que a formação inicial é o principal problema, enquanto outros apontam que a formação continuada deveria ser prioridade, especialmente diante das mudanças rápidas no sistema financeiro e digital. Apesar disso, há consenso de que a formação docente precisa ser contínua, contextualizada e alinhada às exigências da BNCC.

Dessa forma, discutir a formação de professores é fundamental para compreender os desafios da implementação da educação financeira nas escolas. Professores bem preparados conseguem promover aprendizagens significativas, desenvolver o pensamento crítico dos estudantes e atuar como mediadores das complexas relações entre consumo, economia e cidadania. Esta subseção está diretamente relacionada ao Objetivo Específico 2, ao evidenciar as lacunas e

necessidades da formação docente que influenciam a qualidade do ensino de educação financeira no Brasil.

3.3 Metodologias Pedagógicas para a Educação Financeira

É possível inferir, a partir dos estudos realizados, que existem metodologias pedagógicas, que favorecem a promoção de aprendizagem significativas. Elas envolvem abordagens que possibilitam ao estudante relacionar conceitos financeiros a situações reais, favorecendo a autonomia, o pensamento crítico e a capacidade de tomada de decisão. Assim, o foco metodológico desloca-se do ensino puramente expositivo para estratégias ativas que integram teoria, prática e resolução de problemas.

Entre as metodologias mais utilizadas, destacam-se a modelagem matemática, a aprendizagem baseada em problemas (Problem-Based Learning — PBL), a gamificação e o uso de simuladores financeiros. Estudos de Silva e Gomes (2020) demonstram que a modelagem matemática permite ao aluno investigar problemas reais, como orçamento doméstico e cálculo de juros, aumentando a compreensão conceitual e o engajamento. Já Oliveira e Ramos (2021) mostram que a PBL favorece a análise crítica e a tomada de decisões financeiras ao colocar o estudante diante de situações-problema contextualizadas, como escolhas de consumo, investimentos ou uso do crédito. De forma complementar, Santos et al. (2022) evidenciam que estratégias de gamificação e simuladores financeiros ampliam a motivação dos estudantes, permitindo que experimentem cenários econômicos em ambiente seguro, desenvolvendo habilidades de planejamento e percepção de riscos.

As abordagens analisadas apresentam pontos de convergência importantes. Silva e Gomes (2020) e Oliveira e Ramos (2021) enfatizam que metodologias ativas favorecem o desenvolvimento de competências previstas na BNCC, como argumentação, pensamento crítico e resolução de problemas. Santos et al. (2022) destacam a importância da motivação e do engajamento, elementos também observados nas outras metodologias. Quanto às divergências, a modelagem matemática tende a aprofundar análises quantitativas, enquanto o PBL prioriza

discussões qualitativas e decisões complexas. Já a gamificação se destaca pela motivação e pela experimentação de riscos em ambiente simulado, embora dependa de recursos tecnológicos e planejamento específico. Apesar das diferenças, todas convergem na ideia de que práticas tradicionais, baseadas apenas na transmissão de conteúdo, são insuficientes para o ensino da Educação Financeira.

Assim, a escolha de metodologias pedagógicas adequadas contribui para superar abordagens fragmentadas e mecanicistas, proporcionando experiências significativas e contextualizadas aos alunos. Esta subseção está diretamente relacionada ao Objetivo Específico 3, ao analisar práticas que potencializam o aprendizado da Educação Financeira e fortalecem a formação crítica do estudante.

3.4 Interdisciplinaridade e Cidadania Financeira

A educação financeira possui caráter interdisciplinar, pois envolve dimensões econômicas, sociais, matemáticas e éticas que não podem ser compreendidas isoladamente. Trabalhar o tema em diferentes áreas do currículo permite que os estudantes identifiquem a presença das finanças em diversas situações da vida cotidiana, construindo uma visão crítica e integrada do consumo e dos impactos de suas decisões financeiras.

Pesquisas recentes evidenciam a importância dessa abordagem integrada. Pereira e Souza (2020) demonstram que práticas interdisciplinares favorecem a compreensão de conceitos financeiros quando articuladas à Matemática, às Ciências Humanas e à Língua Portuguesa, ampliando o repertório interpretativo dos estudantes. Maia (2021) destaca que a educação financeira associada a discussões sobre ética, consumo sustentável e responsabilidade social contribui para a formação de cidadãos mais críticos e conscientes de seu papel no mundo. Complementarmente, Carvalho e Santos (2022) mostram que projetos interdisciplinares favorecem o desenvolvimento da chamada “cidadania financeira”, que envolve a capacidade de analisar riscos, planejar o futuro e compreender como decisões individuais impactam coletivamente a sociedade e o meio ambiente.

Os estudos apresentam pontos de convergência significativos. Pereira e Souza (2020) e Carvalho e Santos (2022) apontam que a interdisciplinaridade amplia o alcance da educação financeira, tornando os conteúdos mais compreensíveis e aplicáveis à vida real. Maia (2021) reforça essa perspectiva ao conectar prática financeira e reflexão ética, destacando que decisões de consumo, uso de crédito e investimentos precisam ser analisadas não apenas do ponto de vista individual, mas também social. Uma divergência observada refere-se ao foco predominante: enquanto alguns autores enfatizam a relação com áreas curriculares específicas (como Matemática), outros defendem uma abordagem mais ampla, envolvendo questões socioambientais, políticas públicas e desigualdades econômicas. Apesar disso, há consenso de que a cidadania financeira exige uma articulação consistente entre conhecimento técnico e compreensão crítica da realidade.

Dessa forma, promover a interdisciplinaridade e a cidadania financeira significa preparar o estudante para lidar com desafios econômicos contemporâneos, compreendendo não apenas como gerir suas finanças, mas também como suas escolhas impactam a sociedade. Esta subseção contribui diretamente para o Objetivo Específico 2, ao evidenciar como práticas interdisciplinares podem fortalecer a formação crítica, ética e cidadã no âmbito da educação financeira.

3.5 Políticas Públicas e Implementação da Educação Financeira

As políticas públicas voltadas à educação financeira têm como objetivo promover o acesso democrático ao conhecimento econômico e estimular práticas de consumo consciente entre crianças, jovens e adultos. No contexto brasileiro, tais políticas se consolidaram a partir de iniciativas governamentais, normativas curriculares e programas de formação que buscam integrar o tema ao cotidiano escolar.

A criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), instituída pelo Decreto nº 7.397/2010, com objetivos que incluem a promoção da educação financeira e previdenciária, visando aumentar a capacidade do cidadão de realizar escolhas conscientes sobre a administração de seus recursos e contribuir para a

solidez do sistema financeiro nacional, representa um marco na consolidação das políticas públicas no país. Segundo Gomes e Carvalho (2020), a ENEF ampliou a articulação entre governo, instituições financeiras e escolas, estimulando a produção de materiais didáticos e o desenvolvimento de ações formativas. De forma complementar, Araújo (2021) aponta que a inclusão da educação financeira na BNCC orientou os sistemas educacionais a trabalharem o tema de maneira transversal e contextualizada, destacando sua relevância na formação cidadã. Em estudo comparativo, Monteiro e Reis (2022) analisam experiências internacionais, como as políticas implementadas na Austrália e no Canadá, e mostram que países que adotam programas contínuos e bem estruturados alcançam melhores resultados em letramento financeiro e redução de desigualdades.

Os autores convergem ao reconhecer que a existência de políticas públicas sólidas é fundamental para a efetiva implementação da educação financeira nas escolas. Gomes e Carvalho (2020) e Araújo (2021) enfatizam que diretrizes oficiais, como a ENEF e a BNCC, oferecem orientações claras e suporte institucional, enquanto Monteiro e Reis (2022) destacam que a continuidade e o financiamento adequado são elementos essenciais para o sucesso das políticas. As divergências surgem quanto à avaliação da efetividade das ações: alguns autores consideram que os programas brasileiros ainda são fragmentados e pouco sistemáticos, enquanto outros defendem que, embora haja desafios, as políticas atuais representam avanços significativos. Mesmo diante dessas diferenças, há consenso de que a implementação depende tanto da formação dos professores quanto de investimentos em materiais pedagógicos e ações de longo prazo.

Dessa forma, compreender as políticas públicas e os processos de implementação da Educação Financeira é fundamental para analisar os desafios e oportunidades presentes no cenário educacional brasileiro. Esta subseção contribui diretamente para o Objetivo Específico 2, ao evidenciar o papel das políticas institucionais na consolidação da Educação Financeira e na promoção de práticas escolares consistentes.

3.6 Síntese Crítica e Lacunas na Literatura

A análise da literatura apresentada ao longo desta Seção evidencia que a educação financeira ocupa um espaço cada vez mais relevante no contexto educacional brasileiro, especialmente após sua inserção como competência transversal na BNCC. Os estudos revisados reforçam que o desenvolvimento de conhecimentos financeiros está diretamente associado à formação crítica, ao consumo responsável e à autonomia dos estudantes. No entanto, apesar desse avanço conceitual, persistem desafios estruturais que comprometem a efetiva implementação dessa temática no ambiente escolar.

Um dos principais pontos críticos identificados refere-se à formação docente. Autores como Silva e Araújo (2021) argumentam que grande parte dos professores não se sente preparada para trabalhar com conteúdo de Educação Financeira, devido à ausência desse tema na formação inicial e à oferta limitada de programas de formação continuada. Rodrigues, Freitas e Freitas (2023) reforçam essa constatação ao mostrar que, mesmo quando há interesse dos docentes, faltam materiais didáticos consistentes, metodologias claras e acompanhamento pedagógico. Assim, a capacidade de transformar conceitos financeiros em práticas pedagógicas contextualizadas permanece restrita.

Outra lacuna significativa diz respeito às metodologias e estratégias de ensino. Embora existam pesquisas que abordem modelagem matemática, gamificação e resolução de problemas, a maior parte dos estudos apresenta resultados pontuais e não oferece orientações sistematizadas para a prática docente. Monteiro e Reis (2022), ao comparar experiências de países como Canadá e Austrália, evidenciam que o Brasil ainda carece de programas contínuos, sequências didáticas estruturadas e políticas de avaliação de impacto em larga escala. A insuficiência de pesquisas aplicadas dificulta a consolidação de um repertório metodológico sólido para o ensino de Educação Financeira.

Também se observa uma carência de estudos que analisem profundamente a relação entre educação financeira e desigualdades socioeconômicas. Embora muitos autores reconheçam o potencial da temática para promover equidade social, poucos investigam como fatores como pobreza, vulnerabilidade social e falta de acesso à

informação influenciam o aprendizado financeiro de crianças e jovens. A ausência desse recorte crítico limita a produção de propostas pedagógicas inclusivas e contextualizadas para escolas públicas brasileiras.

Por fim, verifica-se que as políticas públicas, apesar de representarem um avanço, como a ENEF e a inserção do tema na BNCC, ainda enfrentam dificuldades de articulação, monitoramento e continuidade. Os programas tendem a ser fragmentados, com ações isoladas e sem avaliações sistemáticas de longo prazo, o que compromete sua efetividade prática.

Dessa forma, a literatura revisada aponta avanços teóricos e normativos, mas também revela lacunas que precisam ser superadas para que a Educação Financeira seja realmente consolidada no cotidiano escolar. Esta subseção contribui diretamente para o Objetivo Específico 2 ao sistematizar criticamente os principais achados e destacar os aspectos que ainda demandam aprofundamento científico e aprimoramento educacional.

4. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo bibliográfico, de abordagem qualitativa, desenvolvido por meio de análise documental e análise temática. Segundo Gil (2017), a pesquisa bibliográfica permite examinar e interpretar produções científicas já consolidadas sobre uma temática, enquanto a abordagem qualitativa possibilita uma compreensão aprofundada das concepções, tendências e lacunas presentes nos estudos analisados. Este procedimento foi adotado devido à necessidade de investigar a educação financeira no contexto educacional a partir de referenciais teóricos atualizados, articulando-os aos objetivos específicos do trabalho.

4.1 Período de Corte e Bases Consultadas

O levantamento bibliográfico contemplou publicações disponíveis entre 2015 e 2025, período escolhido por representar a década de maior produção científica relacionada à educação financeira no cenário brasileiro, especialmente após a homologação da BNCC (2017), que impulsionou pesquisas sobre currículo,

metodologias e formação docente. As buscas foram realizadas entre 01/06/2025 e 15/06/2025, nas seguintes bases e plataformas:

- SciELO
- Periódicos CAPES
- Google Acadêmico

Essas bases foram selecionadas por reunirem artigos revisados por pares, acesso gratuito ou institucional e ampla cobertura de pesquisas nacionais na área de Educação.

4.2 Palavras-Chave Utilizadas

A pesquisa utilizou combinações dos seguintes descritores: educação financeira; Formação de professores; Matemática financeira; Metodologias ativas; BNCC e Cidadania financeira.

Os termos foram aplicados individualmente e em combinações booleanas (AND/OR), de acordo com a especificação de cada base.

4.3 Procedimentos de Busca e Seleção dos Estudos

O processo de seleção seguiu um fluxo estruturado em três etapas, conforme recomendações de Marconi e Lakatos (2019):

Passo 1 – Busca Inicial nas Bases

A busca inicial retornou 128 registros distribuídos entre as três bases consultadas.

Passo 2 – Triagem por Títulos e Resumos

Após leitura exploratória dos títulos e resumos, foram excluídos estudos fora do escopo temático, duplicados ou sem relação direta com a Educação Financeira escolar.

Ao final dessa etapa, 28 artigos permaneceram para leitura completa.

Passo 3 – Leitura Integral e Aplicação dos Critérios de Inclusão e Exclusão

Após leitura integral e aplicação dos critérios (descritos no item 4.4), 12 artigos foram selecionados para compor o corpo principal da revisão. Entre eles, 3 artigos foram definidos como núcleo analítico central, por dialogarem de forma direta e consistente com os Objetivos Específicos do estudo (A1, A2, A3), abordando: Conceitos de Educação Financeira, formação docente, e metodologias de ensino. Essa seleção permitiu maior profundidade na análise e coerência na articulação teórica.

4.4 Critérios de Inclusão e Exclusão

Foram adotados os seguintes critérios de inclusão:

- Artigos publicados entre 2015 e 2025;
- Textos revisados por pares;
- Disponibilidade integral online;
- Estudos relacionados à educação financeira no contexto escolar;
- Pesquisas que abordassem formação docente, metodologias de ensino ou políticas educacionais.

Os critérios de exclusão envolveram: duplicações entre bases; trabalhos sem rigor metodológico; publicações em idiomas fora do português, inglês ou espanhol; materiais sem acesso ao texto completo e artigos que mencionavam educação financeira apenas superficialmente.

4.5 Procedimentos de Análise dos Dados

Os dados foram analisados por meio da análise temática, conforme Bardin (2016), seguindo três etapas:

1. **Pré-análise:** organização dos artigos selecionados, leitura inicial e elaboração de fichamentos.
2. **Exploração do material:** categorização das informações em eixos temáticos vinculados aos objetivos específicos.

3. **Tratamento e interpretação:** síntese dos achados, identificação de convergências e divergências e articulação com o referencial teórico.

Os registros foram organizados em planilha eletrônica (Excel), contendo: autor, ano, objetivos, metodologia, resultados e contribuições para cada objetivo do TCC. Além disso, utilizou-se o Zotero¹ para gerenciamento das referências bibliográficas.

4.6 Limitações da Pesquisa

Esta pesquisa apresenta algumas limitações inerentes a estudos bibliográficos, tais como:

- Possível viés de seleção, decorrente da subjetividade ao escolher os estudos mais pertinentes;
- Restrição de acesso a produções completas em bases pagas;
- Limitação quanto à generalização, já que os resultados refletem tendências da literatura, e não investigação empírica direta;
- Escassez de estudos nacionais que tratem de forma aprofundada a formação docente em Educação Financeira.

Apesar dessas limitações, os procedimentos adotados garantem rigor metodológico e permitem uma análise consistente da produção científica sobre o tema.

5. ANÁLISE DOS ARTIGOS ESCOLHIDOS

Este capítulo apresenta a análise dos dados obtidos a partir dos três artigos selecionados, Souza & Silva (2021), Pereira & Andrade (2022) e Oliveira & Ramos (2021), organizados conforme os objetivos específicos da pesquisa. A discussão articula evidências empíricas, convergências teóricas e implicações pedagógicas, com base nos referenciais utilizados no capítulo de Fundamentação Teórica.

¹ O Zotero é um *software* de gerenciamento de referências bibliográficas de código aberto, utilizado para coletar, organizar, citar e compartilhar fontes de pesquisa.

5.1 Formação Docente para Educação Financeira

a) Evidências dos artigos

Souza & Silva (2021) investigaram a percepção de 15 professores da rede pública sobre sua preparação para ensinar Educação Financeira. Os autores destacam que a formação inicial não contemplou componentes curriculares específicos sobre o tema, gerando insegurança no planejamento das aulas e dificuldade para traduzir conceitos econômicos em práticas pedagógicas acessíveis. A pesquisa também aponta que a falta de cursos continuados torna o professor dependente de iniciativas individuais para suprir lacunas formativas.

Pereira & Andrade (2022), embora com foco na BNCC, também comentam que a implementação do ensino de Educação Financeira esbarra na insuficiente formação docente. O documento normativo prevê que habilidades de educação econômica sejam trabalhadas ao longo do Ensino Fundamental, porém não oferece orientações metodológicas que auxiliem a prática pedagógica, exigindo que o professor domine conhecimentos que não fizeram parte de sua formação inicial.

Oliveira & Ramos (2021) analisaram uma experiência formativa envolvendo metodologias ativas aplicadas a conteúdos de Educação Financeira. Os resultados mostram que oficinas baseadas em resolução de problemas e simulações econômicas aumentaram a autonomia dos professores e melhoraram sua capacidade de transpor conceitos financeiros para situações reais da sala de aula.

b) Tabela comparativa de autores

Artigo	Objetivo do artigo	Metodologia	Principais achados	Implicações para formação docente

Souza & Silva (2021)	Avaliar a preparação docente para EF	Estudo qualitativo com entrevistas	Insegurança e ausência de conteúdos de EF na graduação	Urgência de disciplinas específicas e formação continuada
Pereira & Andrade (2022)	Analisar a previsão de EF na BNCC	Análise documental	Presença do tema sem orientações práticas	Políticas de apoio e formação são indispensáveis
Oliveira & Ramos (2021)	Testar metodologias de EF na formação docente	Intervenção com oficinas e atividades práticas	Metodologias ativas aumentam engajamento	Inserir PBL, simulações e oficinas na formação inicial

Fonte: Autor, 2025.

c) Interpretação e análise crítica

A análise dos três artigos evidencia que, na visão dos autores, a formação docente é o principal ponto de estrangulamento para a implementação qualificada da Educação Financeira na escola. Tanto Souza & Silva (2021) quanto Pereira & Andrade (2022) convergem ao afirmar que os professores não receberam, em sua formação inicial, instrumentos conceituais e didáticos suficientes para trabalhar o tema. Essa fragilidade formativa resulta em práticas limitadas, muitas vezes restritas a abordagens tradicionais ou apenas à leitura de materiais complementares.

Em contrapartida, Oliveira & Ramos (2021) apontam um caminho possível ao mostrarem que metodologias ativas podem romper essas barreiras ao promover experiências práticas, próximas da realidade econômica dos estudantes. Esses achados dialogam com Freire (1996), para quem o conhecimento precisa emergir da problematização da experiência concreta, e com Vygotsky (1998), que destaca o valor das interações e da mediação no processo de aprendizagem.

Assim, observa-se que a formação docente necessita avançar não apenas em termos de conteúdo teórico, mas também na construção de competências didáticas que permitam transformar Educação Financeira em uma prática efetiva, contextualizada e crítica. Os artigos indicam que políticas públicas devem priorizar a inclusão de componentes curriculares específicos, bem como programas permanentes de capacitação, alinhados ao desenvolvimento de habilidades previstas na BNCC.

5.2 A Educação Financeira na BNCC e sua implementação nas escolas

a) Evidências dos artigos

Pereira & Andrade (2022) analisam como a BNCC incorpora a Educação Financeira nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. Os autores destacam que o documento prevê habilidades relacionadas ao consumo responsável, ao planejamento financeiro e à compreensão de práticas econômicas do cotidiano. Entretanto, a ausência de explicações metodológicas detalhadas limita a utilização do documento como guia prático.

Souza & Silva (2021) corroboram essa constatação ao observar que, embora a BNCC mencione a Educação Financeira, muitos professores desconhecem ou interpretam de forma superficial as habilidades previstas, justamente pela falta de orientações pedagógicas claras.

Oliveira & Ramos (2021) indicam que a lacuna metodológica da BNCC prejudica a implementação do tema, exigindo que cada professor elabore estratégias próprias, o que pode resultar em abordagens inconsistentes entre escolas.

b) Interpretação e análise crítica

A análise dos estudos de Pereira & Andrade (2022), Souza & Silva (2021) e Oliveira & Ramos (2021) revela uma incongruência metodológica na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no que diz respeito à Educação Financeira, onde há uma

coexistência de uma prescrição curricular avançada com uma fragilidade metodológica significativa.

Pereira & Andrade (2022) demonstram a incorporação formal e transversal da Educação Financeira nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental como um ponto de mérito inegável da BNCC. A inclusão de habilidades como consumo responsável, planejamento financeiro e compreensão de práticas econômicas cotidianas legitima o tema como componente essencial da cidadania contemporânea. A BNCC, ao fazer isso, alinha-se a tendências internacionais de currículo que buscam preparar os estudantes não apenas para o mercado de trabalho, mas para uma gestão de vida econômica autônoma e consciente.

A Educação Financeira, como tema transversal, possui o potencial de enriquecer e contextualizar diversas áreas do conhecimento, como Matemática (cálculo de juros, orçamentos), História e Geografia (evolução econômica, desigualdade social) e Língua Portuguesa (análise crítica de publicidade).

Entretanto, os três estudos argumentam que a ausência de um aparato metodológico e didático robusto não sustenta a implementação dessa prescrição. A BNCC cumpre o papel de definir o que deve ser ensinado (as habilidades e competências), mas falha em fornecer o arcabouço de como isso deve ser ensinado de maneira eficaz e padronizada. Pereira & Andrade (2022) usam o termo "ausência de explicações metodológicas detalhadas", o que a transforma em um documento de orientação curricular, mas não em um guia prático pedagógico.

Oliveira & Ramos (2021) apontam a necessidade de cada professor "elaborar estratégias próprias" gerando um risco sistêmico de inconsistência curricular. A qualidade da Educação Financeira passa a depender excessivamente da criatividade individual do educador, e não de um desenho pedagógico nacional coeso. Isso potencializa disparidades entre escolas e sistemas de ensino, comprometendo a equidade.

Souza & Silva (2021) reconhecem que a falta de orientação clara contribui para o despreparo docente, apontando que professores podem "desconhecer ou interpretar de forma superficial" as habilidades. A Educação Financeira exige uma abordagem

que vá além do simples cálculo matemático, englobando elementos de comportamento, ética e análise crítica. A ausência de modelos ou exemplos práticos na BNCC dificulta a transposição didática desses conceitos complexos.

Assim, os trabalhos analisados convergem para uma crítica central de que a BNCC instituiu o ideal da Educação Financeira, mas negligenciou o real das condições de trabalho e formação do professor brasileiro. A Educação Financeira, para ser eficaz, necessita de uma pedagogia ativa, contextualizada e baseada em problemas reais. A lacuna metodológica da BNCC, ao exigir que o professor crie essa metodologia do zero, impõe um fardo adicional ao educador e enfraquece a implementação do tema. Neste aspecto, a Educação Financeira pode ser vista como um exemplo de política pública curricular com alta ambição teórica e baixa funcionabilidade prática. Para que o potencial da Educação Financeira seja plenamente realizado, o MEC e as secretarias estaduais necessitam urgentemente suprir essa lacuna através de materiais de apoio didático, formação continuada específica e sugestões de roteiros metodológicos que traduzam as habilidades abstratas em práticas pedagógicas concretas.

6. CONCLUSÕES

Após as análises feitas, podemos sintetizar os nossos achados, bem como relacioná-los com os objetivos deste estudo. Sendo assim, traçamos os seguintes paralelos:

Objetivo 1 – Compreender os desafios na formação docente: Os dados mostram três barreiras centrais:

- (i) ausência de conteúdos específicos sobre Educação Financeira na formação inicial;
- (ii) sensação de insegurança dos professores ao trabalhar o tema;
- (iii) falta de materiais e orientações metodológicas.

Objetivo 2 – Analisar como a BNCC orienta a Educação Financeira: Os resultados indicam que a BNCC reconhece a Educação Financeira como conteúdo transversal,

porém não oferece diretrizes metodológicas claras, o que gerar interpretações variadas e práticas fragmentadas nas escolas.

Objetivo 3 – Identificar metodologias eficazes: Os estudos demonstram que metodologias ativas, como aprendizagem baseada em problemas, projetos e simuladores financeiros, aumentam engajamento e favorecem compreensão conceitual.

Síntese geral: Os achados confirmam que a Educação Financeira geralmente se consolida quando articulada entre políticas públicas, formação docente e metodologias pedagógicas contextualizadas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo geral analisar os desafios e possibilidades da implementação da Educação Financeira no contexto educacional, com ênfase na formação docente e nas orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma revisão bibliográfica sistemática, realizada entre 2015 e 2025, utilizando critérios rigorosos de seleção e análise temática. Foram examinados estudos que abordam a formação de professores, o papel das políticas públicas e o uso de metodologias pedagógicas voltadas ao ensino da Educação Financeira nas escolas brasileiras.

Os achados desta pesquisa permitem destacar três eixos centrais. Primeiro, observa-se que a formação docente é o ponto mais sensível do processo. A ausência de disciplinas específicas sobre Educação Financeira nos cursos de licenciatura, somada à escassez de materiais de apoio, faz com que muitos professores se sintam despreparados para trabalhar o tema em sala de aula. Esse dado foi recorrente nos artigos analisados e reforça a necessidade de inclusão sistematizada da temática na formação inicial e continuada.

O segundo eixo refere-se às orientações curriculares e às políticas públicas. A BNCC apresenta a Educação Financeira como um conteúdo transversal, mas carece de orientações pedagógicas mais claras, o que pode resultar em práticas heterogêneas e, muitas vezes, superficiais. A Estratégia Nacional de Educação

Financeira (ENEF) representou um avanço, principalmente ao fomentar ações formativas e materiais didáticos; porém, sua implementação ainda enfrenta limites, especialmente pela ausência de acompanhamento e financiamento contínuo. A comparação com experiências internacionais destaca que países que consolidaram programas mais robustos alcançaram melhores resultados em autonomia financeira e equidade educacional.

O terceiro eixo diz respeito às metodologias pedagógicas. As análises evidenciaram que práticas baseadas em metodologias ativas, como estudos de caso, resolução de problemas, aprendizagem baseada em projetos e uso de simuladores, demonstram forte potencial para tornar o ensino mais significativo. Essas estratégias favorecem a participação dos estudantes, estimulam a reflexão crítica e aproximam o conteúdo da realidade cotidiana, o que está em consonância com uma perspectiva freireana e socioconstrutivista de educação.

Com base nessas evidências, este estudo apresenta três recomendações práticas:

1. Incluir um componente curricular obrigatório sobre educação financeira nos cursos de licenciatura, com foco em conceitos fundamentais, políticas públicas e metodologias aplicadas.
2. Desenvolver um repositório digital nacional, contendo roteiros de aula, problemas contextualizados, simuladores e materiais multimídia de acesso gratuito para escolas públicas.
3. Implementar programas de formação continuada incluindo oficinas práticas, estudo de casos reais e avaliação de impacto junto a professores da Educação Básica.

Em síntese, os resultados indicam que fortalecer a Educação Financeira na escola é um passo essencial para promover cidadania, reduzir vulnerabilidades econômicas e ampliar a autonomia crítica dos estudantes diante dos desafios financeiros contemporâneos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. R. **Educação financeira e desenvolvimento cognitivo no ensino básico**. São Paulo: Editora Acadêmica, 2017.

ALMEIDA, M.; SILVA, R. **Práticas pedagógicas e ensino de finanças na escola básica**. Revista Educação em Foco, v. 12, n. 2, p. 45-60, 2019.

ARAÚJO, T. A. **A Educação Financeira na BNCC: desafios e perspectivas**. Revista Currículo e Sociedade, v. 9, n. 1, p. 77-94, 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef)**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/pef/PORT/enef.asp>. Acesso em: 24 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

CARVALHO, F.; SANTOS, M. **Projetos interdisciplinares e cidadania financeira**. Revista Educação Contemporânea, v. 6, n. 3, p. 112-129, 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOMES, H.; CARVALHO, L. **Políticas públicas de Educação Financeira no Brasil: limites e possibilidades**. Revista de Estudos Educacionais, v. 15, n. 1, p. 44-59, 2020.

MAIA, C. **Educação Financeira e ética no consumo: reflexões contemporâneas**. Revista Humanidades em Diálogo, v. 4, n. 2, p. 88-103, 2021.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MONTEIRO, D.; REIS, P. **Políticas de Educação Financeira: um estudo comparativo internacional**. Revista Internacional de Educação, v. 10, n. 1, p. 55-74, 2022.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies**. Paris: OECD, 2005.

OLIVEIRA, L. **Formação continuada para Educação Financeira na escola:**

desafios e avanços. Revista Práticas Docentes, v. 7, n. 1, p. 33-50, 2022.

OLIVEIRA, M.; RAMOS, J. **Metodologias ativas no ensino de Educação Financeira: um estudo formativo.** Revista Educação Matemática em Pesquisa, v. 23, n. 2, p. 141-160, 2021.

PEREIRA, A.; ANDRADE, S. **A Educação Financeira na BNCC: análise crítica de suas competências.** Revista de Estudos Curriculares, v. 8, n. 1, p. 21-39, 2022.

PEREIRA, L.; SOUZA, E. **Interdisciplinaridade e Educação Financeira na escola pública.** Revista Saberes Educacionais, v. 5, n. 3, p. 101-118, 2020.

RODRIGUES, T.; FREITAS, A.; FREITAS, M. **Educação Financeira e impactos no comportamento econômico juvenil.** Revista Pesquisa em Educação, v. 17, n. 2, p. 64-82, 2023.

SANTOS, F.; CUNHA, M. **Formação inicial de professores e o ensino de Educação Financeira.** Revista de Formação Docente, v. 11, n. 1, p. 55-72, 2020.

SANTOS, L. et al. **Gamificação e simuladores no ensino de Educação Financeira.** Revista Tecnologias Educacionais, v. 9, n. 2, p. 88-105, 2022.

SILVA, A. **Educação financeira e desenvolvimento do raciocínio lógico nos anos finais.** Revista Educação & Sociedade, v. 39, n. 3, p. 215-230, 2018.

SILVA, R.; ARAÚJO, D. **Formação docente e desafios para o ensino de Educação Financeira.** Revista Brasileira de Educação, v. 26, p. 1-20, 2021.

SILVA, R.; GOMES, V. **Modelagem matemática aplicada à Educação Financeira.** Revista de Educação Matemática, v. 28, n. 1, p. 77-92, 2020.

SOUZA, L.; SILVA, M. **Percepções docentes sobre o ensino de Educação Financeira.** Revista Educação e Pesquisa, v. 47, p. 1-18, 2021.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.